



O ENTRELAÇAR DAS MODALIDADES: O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM DOS SUJEITOS JOVENS, ADULTOS E IDOSOS COM DEFICIÊNCIA

Maria Helena Paes Coelho da Silva Oliveira ¹; Cristina Ferreira da Silva ²; Eduardo José Fernandes Nunes³

¹ Especialista em Política do Planejamento Pedagógico, Currículo Didático e Avaliação. Secretaria de Educação de Irará-Bahia. E-mail: paesoliveira2012@bol.com.br

² Mestre em Educação de Jovens e Adultos. Teoria Social e Projeto Político Pedagógico. Universidade do Estado da Bahia. E-mail: crismpeja@gmail.com

³ Doutor em Análise Geográfica Regional. Teoria Social e Projeto Político Pedagógico. Universidade do Estado da Bahia. E-mail: ejnunes@uneb.com.br

**EIXO TEMÁTICO 1: SUJEITOS DA EJA: INCLUSÃO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES
ÉTNICO RACIAIS**

RESUMO

Este resumo é fruto de uma experiência formativa realizada com os educadores das modalidades: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na perspectiva da Inclusão. A partir da abordagem dos dados na rede pública do município de Irará- Bahia, referente ao crescente número de educandos público-alvo da Educação Especial matriculados nas turmas da EJA, para o ano letivo de 2022, questiona-se: O que motiva os sujeitos educandos público-alvo da educação especial retornar à escola na fase adulta? No intuito de qualificar a inclusão destes educandos no espaço escolar, o momento formativo de entrelaçar as modalidades teve como objetivos: fomentar a discussão com os supervisores, coordenadores e gestores que atuam nas modalidades; preparar esses profissionais para compreender e atuar na interseção entre a EJA e a Educação Especial, garantindo um processo avaliativo mais inclusivo e sensível às diversidades dos sujeitos educandos. Esse entrelaçar das modalidades evidencia a importância de fortalecer a gestão escolar e o fazer pedagógico, no que tange a inclusão de pessoas, da Educação Especial na Educação de Jovens Adultos e Idosos, traz em seu bojo promover a discussão: quem são esses sujeitos? De onde vem? Como eles chegam à escola? O que pensam? Nesse contexto, foi apresentado para os participantes do momento formativo concepções sobre as modalidades, a luz dos teóricos, Freire (2014), Arroyo (2017), Mantoan (2003), Lukessi (1978), pois, a inclusão escolar tendo como principal objetivo acolher e dar possibilidade a todos os sujeitos de direito a garantia da construção da autonomia, independentemente da classe social, condição psicológica ou física. O desenvolvimento do trabalho ocorreu a partir da explanação e discussão sobre a base legal a nível Nacional, Estadual e Municipal, além de apresentar um plano de formação o qual contemplou os profissionais de educação (gestores, coordenadores, professores, monitores e grupo de apoio), pessoas que estão diretamente interagindo com os educandos para garantir o acesso, permanência e aprendizagem destes sujeitos resguardando o direito de aprender



de forma ativa. A formação possibilitou uma escuta sensível destes profissionais de modo a repensar o plano de formação, dando visibilidade às dificuldades enfrentadas por eles, referente à avaliação e aprendizagem dos sujeitos com deficiência na EJA. Desse modo, refletir sobre o acesso, permanência, aprendizagem e avaliação desses sujeitos devem ser elementos permanentes no chão da escola, se pretendemos que a escola de fato seja inclusiva, pois segundo Mantoan e Prieto (2006) ressaltam que a inclusão escolar tem sido muitas vezes mal compreendida, sobretudo quando envolve a necessidade de promover mudanças nas escolas comuns e especiais e ainda destacam, que tais transformações são fundamentais para que as instituições de ensino possam acolher todos os alunos de forma indistinta, assegurando-lhes condições de continuidade nos estudos conforme suas capacidades, sem práticas discriminatórias ou espaços segregados de educação. Nesse sentido, a experiência aqui relatada reflete sobre o entrelaçamento das modalidades educacionais na perspectiva de fortalecer a inclusão escolar, abordando a avaliação e a aprendizagem de educandos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, foi essencial ouvir e dialogar com coordenadores e gestores escolares, respeitando suas percepções e desafios. A EJA é uma modalidade da educação básica voltada para pessoas jovens, adultas e idosas que, ao longo de suas trajetórias, vivenciaram processos de exclusão e negação do direito à escolarização. Como destaca Arroyo (2011), esses sujeitos carregam projetos de emancipação, mas também enfrentam o descaso governamental, o que demanda um olhar atento para a reconfiguração da EJA como um campo específico dos tempos da vida juventude e vida adulta. Nessa perspectiva, a formação desenvolvida iniciou-se com a escuta sensível dos coordenadores e gestores, permitindo a compreensão de suas realidades e desafios. Essa abordagem dialógica foi essencial para estruturar um trabalho que respeitasse as especificidades e trajetórias dos sujeitos da EJA, incluindo aqueles com deficiência incluso nestas turmas. Com isso, foi possível construir um planejamento alinhado a uma concepção de avaliação que não reforçasse a exclusão, mas, ao contrário, promovesse a permanência escolar e a aprendizagem significativa e de qualidade. Na Educação de Jovens e Adultos, o educador é mais do que um transmissor de conhecimento, ele é um observador, orientador e mediador, como bem pontua Mantoan (2006, p. 44), “superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos que efetivar com toda a urgência”. A inclusão escolar exige uma mudança contínua e uma reestruturação profunda das práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas. Por muito tempo, a avaliação foi vista apenas como um instrumento para medir erros e acertos, atribuindo notas e conceitos sem considerar a trajetória e o tempo de aprendizagem dos educandos. Esse modelo tradicional de avaliação, que Luckesi (1978, p. 33) compara a um “julgamento de valor sobre manifestações da realidade”, muitas vezes gera impactos negativos na autoestima dos educandos da EJA, que já carregam um histórico de rejeição e exclusão educacional. Diante dessa problemática, a formação propôs um olhar diferenciado para a avaliação, destacando seu papel enquanto processo contínuo e formativo. A equipe da coordenação da EJA, juntamente com a coordenadora de Educação Especial, construiu estratégias e elaborou materiais para repensar a avaliação à luz das especificidades dos sujeitos educandos. Essa construção coletiva teve como eixo central a valorização da diversidade e o respeito aos diferentes tempos de aprendizagem. A proposta formativa reforçou que a avaliação deve ser uma aliada do educador e do educando, ajudando ambos a refletirem sobre os avanços e desafios no processo de ensino-aprendizagem. Como aponta Zabala (1998, p. 195), “quando se fala em avaliação, se pensa, de forma própria ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos”, mas é fundamental deslocar esse foco para a construção de novos conhecimentos. Portanto, ao longo da formação, observamos que



muitos gestores e coordenadores ainda compreendiam a avaliação a partir de um viés tradicional e excludente. No entanto, ao dialogarmos, fomos fazendo intervenções em que na construção coletiva, foi possível perceber em algumas narrativas a mudança na forma como passaram a enxergar a avaliação na EJA, compreendendo-a como um instrumento que reafirma direitos e não os negam. A avaliação na EJA precisa considerar a trajetória de vida dos educandos, seus desafios e potencialidades, reconhecendo que muitos retornam à escola com sonhos e desejos. E que alguns passaram por longos períodos afastados, outros nunca puderam ter acesso, pela deficiência que apresentava. Um olhar sensível e cuidador permite que a avaliação seja um processo de acolhimento, de compromisso e não de afastamento. Para os educandos da EJA com deficiência, esse princípio é ainda mais essencial, pois, muitas vezes, alguns deles, enfrentam barreiras atitudinais ao longo de suas trajetórias educacionais. A formação possibilitou aos profissionais que atuam em salas com educandos jovens, adultos e idosos que possui uma necessidade seja intelectual ou física a reflexão sobre a prática avaliativa, além de fortalecer o compromisso dos gestores e coordenadores em promover uma EJA verdadeiramente inclusiva. Dessa forma, fica evidente que uma avaliação contínua, processual e sensível pode ser um instrumento poderoso para garantir que os sujeitos da EJA, em especial aqueles com deficiência, tenham não apenas acesso à educação, mas também condições efetivas de aprendizagem e permanência. Este resumo é parte de um processo que resultará em um artigo para fortalecer as discussões nos cursos de formação continuada para os profissionais da educação, especialmente quando se trata da interseção entre EJA e Educação Especial, porque a avaliação deve ser como um instrumento que auxilia no desenvolvimento dos educandos, respeitando suas especificidades e diversidades. Ao articular a teoria e prática, percebemos que o grande desafio da EJA não é apenas garantir o acesso, mas garantir que os educandos tenham tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência Mantoan (2006). Assim, criar condições para que os educandos permaneçam e aprendam com sucesso em um ambiente que os acolha e os reconheça como sujeitos de direitos. Dessa forma, educadores, gestores e coordenadores, cabe-nos a responsabilidade de pensar ações inclusivas, aprimorando-as continuamente para que tenhamos condições e estímulo para ensinar os educandos sem exclusões e exceções. E construir práticas avaliativas que reafirmem o direito à educação, promovendo uma aprendizagem significativa e qualificada para todos.

Palavras-chave: Acesso; Direito; EJA; Inclusão; Sujeitos da EJA.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1978.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: pontos e contrapontos/ Maria Teresa Égler Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, (organizadora) - São Paulo: Summus, 2006.



ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.